



**COESÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO  
DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS PERIURBANOS  
NAS LOCALIDADES DE NGALUNDI E MATALANE-SEDE,  
DISTRITO DE MARRACUENE, A NORTE DE MAPUTO<sup>1</sup>**

**João Carrilho<sup>2</sup>**

## **1. RESUMO**

Este Destaque Rural (DR) é o terceiro dedicado ao estudo da sustentabilidade do processo de periurbanização. A área de estudo é um conjunto de bairros de assentamentos informais numa área periurbana a Norte das cidades de Maputo e Matola, nas localidades de Ngalundi e Matalane-sede, no distrito de Marracuene. Para completar o quadro conceitual sobre a sustentabilidade dos locais e do processo, pretende-se discutir até que ponto as práticas locais e os programas e intervenções regionais e nacionais preservaram ou preservam a coesão territorial na microrregião. Com base em informações disponíveis em documentos e em portais de acesso aberto, verificou-se a existência e perspectivas dos elementos da coesão territorial: a integridade ambiental, isto é, a taxa de mudança de uso e ocupação da terra; o poli centrismo, medido pela existência de centros urbanos de diversos tamanhos e funções; e sua integração regional promovida por infra-estruturas e intervenções físicas, e as relações institucionais na região. Combinando as informações sobre o funcionamento das instituições, sobre a coesão social e a coesão territorial, é possível contribuir para melhorar a governança da sustentabilidade da urbanização, uma tendência universal e particularmente acelerada nas regiões menos desenvolvidas.

Palavras-chave: coesão territorial; sustentabilidade; periurbanização; integração regional; Maputo; Bobole.

---

<sup>1</sup> O autor agradece ao Eng. Nehemias Lasse na copilação participativa de dados geográficos e revisão do manuscrito.

<sup>2</sup> Membro fundador do OMR. Estudante de sustentabilidade social e desenvolvimento, na Universidade Aberta, Portugal.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1. Relevância do estudo da sustentabilidade periurbana

Dado o papel das cidades e áreas urbanas na sustentabilidade planetária, a governança global da urbanização sustentável constitui um dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A urbanização é um processo geralmente acompanhado de periurbanização e da redução da população rural. A partir de 2007, a população urbana tornou-se maior que a população rural ao nível mundial (Ritchie *et al.*, 2024). Em Moçambique, a tendência acompanhou a tendência mundial e regional, excepto no período entre 1980 e 1997, quando a urbanização foi acelerada pelo conflito armado. . O ordenamento territorial informal nas áreas periurbanas é inevitável, seja por não haver capacidade de o Estado central assegurar o planeamento e implementação do ordenamento territorial formal, para além de normas gerais, seja porque permite à população e autoridades locais escapar do controlo directo do Estado. Faltam, por isso, informações fiáveis sobre a sustentabilidade do processo de periurbanização e, portanto, dos centros urbanos e sua expansão. Os territórios periurbanos caracterizam-se por não serem estatutários, isto é, não existem definições oficiais de territórios periurbanos, assim como não existem normas para a sua organização física e político-administrativa. Faltam formas expeditas de monitorar e actualizar os potenciais cenários de sustentabilidade que suplementem as informações que podem ser obtidas e processadas pelas vias oficiais.

### 2.2. O contexto geral

Adopta-se a definição convencional do Relatório Brundtland: “[d]esenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.” (WCED, 1987, p. cap. 2, §1). Esta definição inclui os aspectos essenciais do sistema socio-ecológico: o planeta Terra, como base de vida e base de recursos, a Humanidade, como parte do sistema, justiça intra e intergeracional. O Relatório Brundtland, da autoria da WCED, serviu de semente de várias iniciativas regionais anteriores e posteriores a acordos alcançados ao nível das Nações Unidas, tais como a Agenda 21, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os actuais ODS.

Dos ODS, apenas 16% estão no caminho certo, mas o ODS 11, de cidades e comunidades sustentáveis, está especialmente fora de ritmo (Sachs *et al.*, 2024). Isto é, pelo menos em parte, o resultado de interpretações diversas e, às vezes, oportunistas da definição, escondem as razões de raiz para a maneira falhada e míope com que frequentemente buscamos a prosperidade (WCED, 1987, p. cap. 1, §3). A prosperidade é frequentemente reduzida à produção de riqueza, escondendo as contradições entre desemprego e subemprego, formal e informal, bem como escondendo os mecanismos raiz da competição e os padrões de ocupação e uso da terra que têm impacto na sustentabilidade. Mas são também o resultado de não se admitir a causa principal que permite reproduzir a desigualdade que sustenta o actual conceito de desenvolvimento

baseado no consumo crescente (Hickel, 2018a; Moriarty & Honnery, 2022). É justo afirmar-se, portanto, que a governança global da urbanização sustentável enfrenta grandes desafios – que podem ser transformados em oportunidades. É uma oportunidade para um ajustamento e actualização regular através do diálogo e de processos de edificação de um sistema de governança do processo de periurbanização (Hedblom *et al.*, 2017), em que as instituições governamentais e formais partilham o poder de governança com a ampla sociedade civil e seus líderes, convertendo as “conferências de partes” em comunidades de práticas (Harris, 2021, pp. 228–229), sem se ser dominado pelos interesses e linguagens dos poderosos (Pløger, 2001).

O primeiro DR discutiu a metodologia de levantamento sobre as relações locais de poder, já que se trata de um elemento essencial das decisões sobre ordenamento territorial, e conclui que tais relações não podem ser cabalmente compreendidas através de grupos focais e inquéritos pontuais. Embora estes permitam obter algumas informações importantes, sugere-se que se busquem outras abordagens, por exemplo, a da etnografia.

O segundo, avaliou um dos elementos da sustentabilidade local, a coesão social nesses assentamentos, com base na satisfação e percepção de indivíduos e grupos focais sobre as práticas locais de ordenamento territorial e concluiu que as práticas locais atraem satisfação nas dimensões de inclusão, interações horizontais e confiança nas instituições informais, ou seja, contribuem para a coesão social. Todavia, aspectos importantes geram insatisfação e ansiedade, e a presença das autoridades oficiais, dos padrões formais de planeamento físico e da imposição de leis que combatam as desigualdades e discriminação social, são exemplos de intervenções supralocais de que se pode esperar contributos positivos.

Este DR3 refere-se à coesão territorial e baseia-se no mesmo modelo do DR2, recolhido da experiência de promoção da sustentabilidade e multilateralismo na Europa (Medeiros, 2016). Em área periurbana, toma-se a sustentabilidade como coesão territorial, que inclui a dimensão função da coesão social. Por razões práticas, a dimensão socioeconómica da coesão territorial é tratada em separado e a sustentabilidade passa a ser uma combinação de ambas, resultante de práticas locais e do exercício de normas e legislação nacional.

Intervenções com base em planos, normas ou legislação nacional, por exemplo, a construção de uma estrada, a implementação de uma rede regional de produção e distribuição de energia, leis que alteram a organização institucional ou comportamentos têm um impacto transformador. Estas ocorrências podem ser incluídas na avaliação, quando delas se tem conhecimento. A distância a e a interação com os centros urbanos é um elemento importante. As ocorrências fortuitas, por definição, são imprevisíveis.

No presente texto pretende-se: (1) descrever e avaliar o impacto das práticas locais de ordenamento do território na coesão territorial ao nível regional; e (2) identificar intervenções regionais ou nacionais que podem ser consideradas para melhorar as perspectivas de sustentabilidade, tanto ao nível local, como ao nível regional. Tal como no DR2, não se pretendeu, neste estudo, encontrar uma fórmula generalizável, o que não se considera adequado em estudos de caso (Yin, 2018).

### 3. METODOLOGIA

Foi adoptada uma abordagem qualitativa, incluindo visitas de campo, entrevistas individuais e de grupos focais, complementada por um exercício de Informação Geográfica Participativa (SIGP), para interpretar com propriedade os resultados de análise geográfica quantitativa e qualitativa. A análise aborda três aspectos: a integridade ambiental, a policentricidade e a integração regional. Para tal, parte-se da identificação de regiões, linhas e pontos de interesse, a sua distribuição pelos bairros dos assentamentos. A Tabela 1 mostra a diferença entre a contagem das autoridades distritais, em 2022, e a estimativa com base em imagens de satélite.

Tabela 1 - População na área de estudo

Localidade	Bairro	CIESIN, Novel-T 2022	Autoridade Distrital 2022	$\Delta$
Ngalundi	Bobole	20.209	13.240	6.969
	Cumbene	5.616	2.472	3.144
	Gimo Ocoosa	1.290	2.593	-1.303
	subtotal	27.115	18305	8.810
Matalane	Matalane-sede	18.749	n.a.	
	Ndiche	6.087	n.a.	
	subtotal	24.836	n.a.	
Área de estudo	Total	51.951	n.a.	

A análise pretende aferir:

- integridade ambiental, através de informações sobre mudanças de uso ao longo do tempo, para verificar se e quanto do ambiente natural foi substituído por ocupação humana;
- policentricidade e morfologia da ocupação, através da distribuição e hierarquia de centros urbanos, ligações entre os centros urbanos e classes de uso e ocupação de terras e distribuição de infra-estruturas nos bairros;
- integração regional, através das relações institucionais entre as unidades da região e as entidades das cidades de referência e as instituições sectoriais e centrais.

## 4. RESULTADOS

### 4.1. Mudança temporal de uso e ocupação

A ocupação da região a partir das cidades de referência – Maputo e Matola – também designada de expansão urbana, ocorre de maneira radial ao longo das principais vias classificadas nacionais e regionais. Uma concentração nas cidades ocorreu entre 1990 e 2000, quando se negociava e se reorganizava o país, ao final do conflito armado interno. A expansão maior, em termos de superfície, ocorreu na década de 2001-2010, passando, a partir desse momento, a acontecer uma densificação dos espaços construídos. Estão identificadas formalmente duas áreas de biodiversidade: a primeira, o Safari Mucapane Park (conhecido localmente como o Safari Gagnaux), localizado numa mancha florestal de entre 500 e 750 ha, na margem esquerda do Rio Matola, a Oeste de Mucatine, na Estrada Regional ER 808. Podem ali ser vistos animais de grande porte, como a girafa, assim como outros herbívoros, felinos e aves. A segunda, com uma área de 200 ha, a Reserva de Biodiversidade de Bobole, em solo aluvionar turfoso (vulgarmente conhecido por machongo ribeirinho) ao longo do rio, que foi criada em 1945<sup>3</sup>, para proteger a *Raphia australis* e a fauna correspondente, entre esta, a ave de rapina *Gylohieras angolensis*, da ocupação da agricultura itinerante. A área foi reduzida em 1967 para uma área de a 12 ha, ainda em vigor<sup>4</sup>. Tanto a *Raphia* como a *Gylohieras* têm, localmente, valor sociocultural. Ao longo do rio Bobole, tem sido possível manter a área agrícola, de solos ricos.

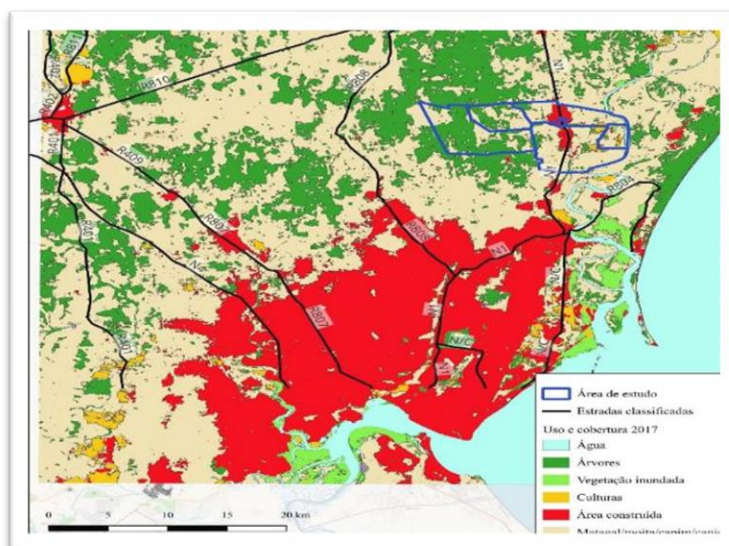


Figura 1 – uso e cobertura da terra em 2017

As Figuras 1 e 2 ilustram a mudança de ocupação ao longo das últimas três décadas

<sup>3</sup> - Pela Portaria n.º 5918 de 24.2.194, por proposta de 1943 da missão Botânica do Ministério do Ultramar.

<sup>4</sup> - Pela Portaria n.º 20410 de 24.6.1967.

## **4.2. Distribuição e hierarquia de centros urbanos**

Além das cidades de Maputo e Matola, identificam-se na região três níveis adicionais de núcleos de área construída com diversidade de serviços e funções: vilas das sedes distritais, povoações de tamanho médio, e povoações pequenas e assentamentos de menor dimensão com menos de 10.000 habitantes. Em conjunto, as áreas das cidades de Maputo e da Matola somam cerca de 719,77 km<sup>2</sup> e a área entre as principais estradas a Norte e Noroeste destas cidades é de cerca de 1.000 km<sup>2</sup>. A área de floresta aberta, nesta sub-região, é de cerca de metade. A área total da Província de Maputo é de 26.028 km<sup>2</sup>.

Estes assentamentos localizam-se ao longo das principais estradas nacionais e regionais, que, como visto, partem radialmente das cidades de referência e das vilas das sedes distritais.

## **4.3. Ligações entre centros urbanos e classes de uso e ocupação de terras**

As ligações entre os centros urbanos e semiurbanos e destes com as áreas agrícolas circundantes é feita por estradas radiais, sem ligações classificadas na direcção Este-Oeste. A distribuição radial resulta também numa densidade de rede de comunicações que reduz do centro para a periferia, como mostrado na Figura 3. Este facto explica, em parte, que a expansão das cidades de referência se comece a concentrar na direcção Noroeste, ao longo da ER 808, em vez da direcção Norte. Transportes rodoviários colectivos servem regularmente todos os assentamentos da região em estudo, sendo mais infrequentes as ligações em transporte colectivo dentro dos assentamentos. Três linhas férreas servem a região, a partir de Maputo, sendo uma para sudoeste, outra para Oeste e outra para Norte, acompanhando a estrada nacional EN 1. A frequência de serviço é baixa, cerca de duas comutações diárias.

Todos os centros urbanos e semiurbanos são servidos por redes de telecomunicações. Servem também para o trânsito de infra-estruturas de energia, em particular as redes de alta e média tensão, e adutoras de abastecimentos de água.

Quanto à morfologia, os assentamentos são, em geral, definidos por artérias regulares, rectas ou de arcos de grande raio, sendo, no seu interior, de malha regular ou irregular, com parcelas de um a dois hectares, onde se localizam até 20 talhões. Esta organização pode surgir de iniciativa de instituições distritais, mas o mais comum é que a iniciativa seja de lideranças e autoridades locais. O endereçamento pode, por isso, ser feito com base nas malhas regulares ou com base em pontos de referência.

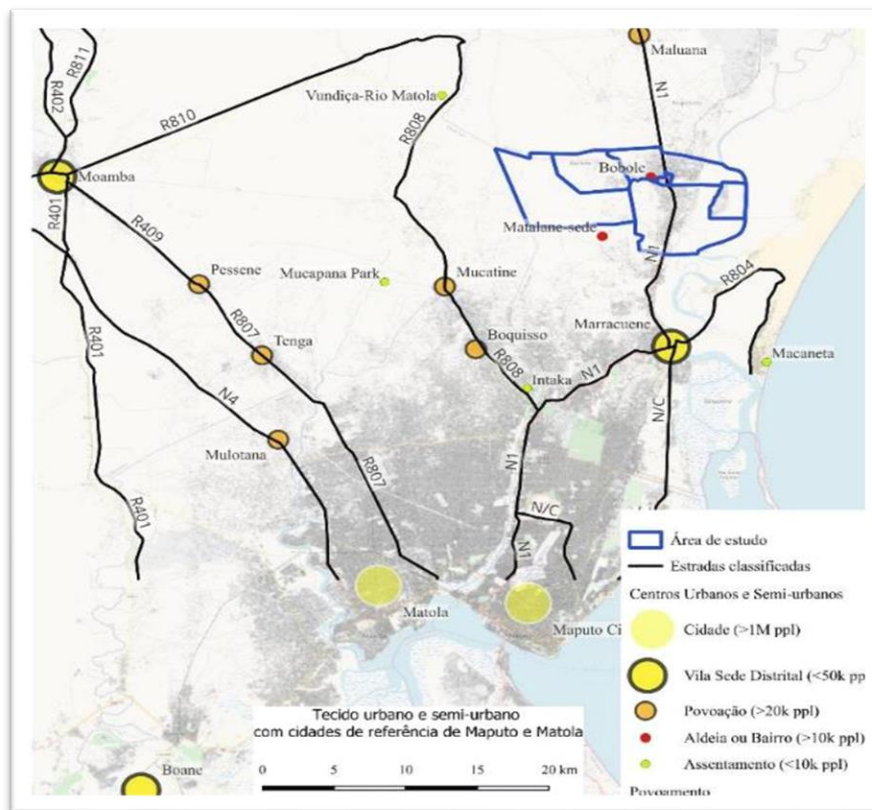


Figura 3 – Tecido de centros urbanos e semiurbanos na região onde se localiza a área de estudo

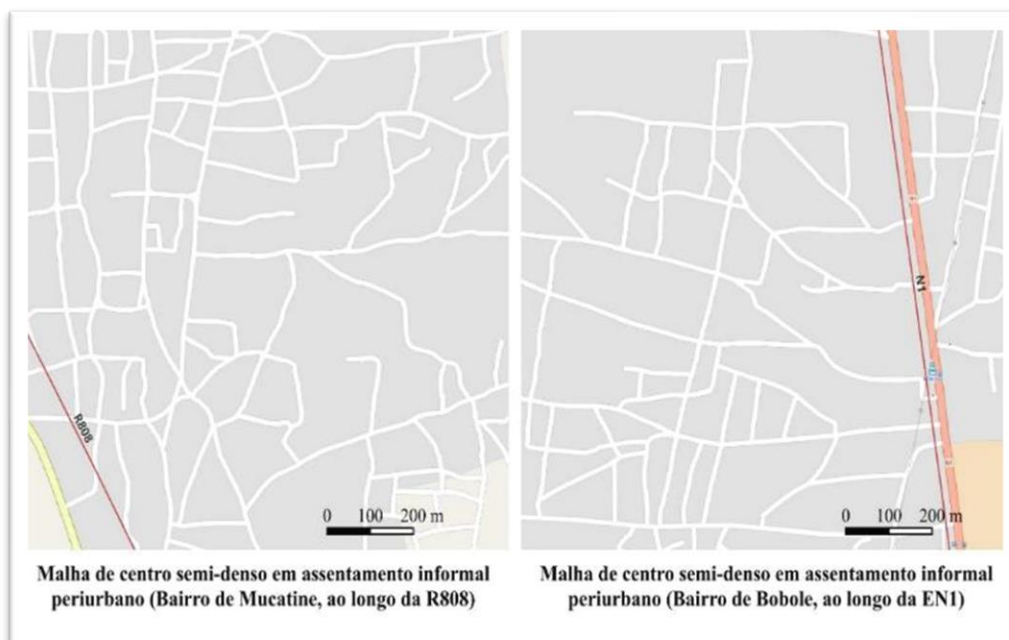


Figura 4 – Morfologia interna de dois assentamentos informais periurbanos, com combinação de malha regular reticulada e malha irregular, próximo de estradas classificadas

As Figuras 3 e 4 ilustram as principais ligações e a morfologia dos assentamentos informais periurbanos.

#### 4.4. Distribuição de infra-estruturas socioeconómicas nos bairros na área de estudo

A distribuição de infra-estruturas internas nos assentamentos acompanha a densidade populacional. Verifica-se desigualdade de acesso a serviços entre as sedes de distrito e todas as unidades de nível inferior. As escolas secundárias e as unidades sanitárias são, por ordem decrescente, as unidades com maior área de cobertura, o que significa muito grandes distâncias a serem resolvidas<sup>5</sup>.

A Figura 5 mostra a distribuição das infra-estruturas principais de âmbito regional e de âmbito local, na área de estudo.

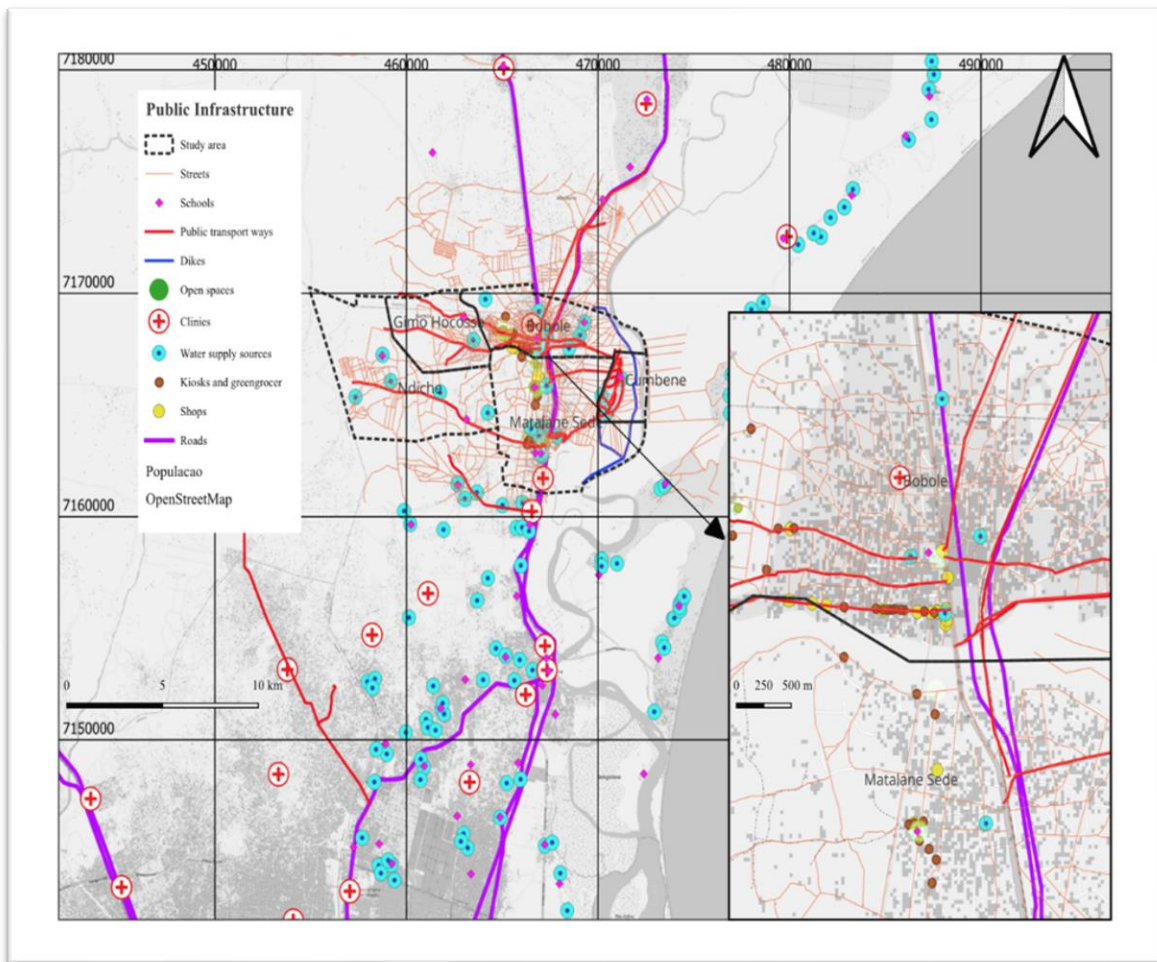


Figura 5 – Distribuição de infra-estruturas de uso público

<sup>5</sup> - Podem ser exploradas as disponibilidades de infra-estruturas diversas através do portal público <https://www.mozgis.gov.mz/portal/apps/sites/#/pagina-inicial-do-portal/apps/fd60a4ae640f4f2590da3976b3fca314/explore>.



#### **4.5 Relações institucionais ente unidades administrativas da região**

As relações institucionais estabelecem-se, geralmente, entre instituições formais, governamentais ou não. Em Moçambique, estas relações entre as províncias (regiões) e os níveis inferiores (distrito, posto administrativo, localidade e povoação – ou bairro) estão reguladas pelo Decreto 11/2005 (Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado, 2005). Não foi reportado o funcionamento do conselho e fórum locais para tratamento de relações entre instituições formais e informais (vide art.º 104 e seguintes sobre como, com que composição e a que níveis se estabelecem). As questões ambientais constituem-se em uma das áreas de articulação (art.º 116, j). De entrevistas e observações, foi possível concluir que as disposições oficiais sobre este tipo de colaboração deixam vários problemas por resolver, por exemplo, em relação à organização do território, à gestão de resíduos sólidos. A indefinição de limites administrativos pode ser vista na diferença entre os mapas das entidades de cartografia e entidades censitárias.

Algumas instituições de prestação de serviços públicos adoptam as práticas, procedimentos e métodos de comunicação das instituições de governo, e a sua organização territorial segue os seus próprios interesses. Por exemplo, a gestão da rede de energia eléctrica não segue uma forma de territorialização que facilite a cooperação e a parceria.

Funcionalmente, os territórios periurbanos servem de dormitório, espaço de lazer e reserva, reserva de mão de obra, fornecedores de alimentação para a população urbana, extracção de recursos da terra para a actividade de construção e actividade de indústria e aterros de resíduos sólidos.

### **5. DISCUSSÃO**

A expansão para Norte de Maputo deu-se à custa de áreas de matagal e moita e de alguns campos de agricultura de sequeiro em solos arenosos e pobres para a agricultura. Áreas de floresta aberta foram, em geral, poupadas, à excepção de alguma área de plantação de eucalipto entre Maputo e Marracuene. Nos assentamentos da área de estudo verificou-se também expansão à custa de área de matagal e moita e, também, em parte, de agricultura de sequeiro.

No que respeita à protecção da biodiversidade, e à luz das experiências da Reserva Biológica de Bobole e Mucapane Safari Park, uma regra a estabelecer seria a de classificar as áreas de floresta aberta como áreas vedadas à expansão urbana, propondo uso condicionado para iniciativas turísticas e económicas, por exemplo, para exploração de produtos florestais não-madeireiros, em conjunto com incentivos à densificação – menores talhões e edifícios em altura.

Não há notícia de serviço por via fluvial. Dada a hidrodinâmica e aos caudais sólidos que provocam o assoreamento, a navegabilidade é condicionada (Hilário, 2020) e, portanto, não parece uma opção de baixo custo a curto prazo, eventualmente à excepção de pequena extensão próximo da foz, em embarcação de muito baixo calado.

Quanto à morfologia e organização territorial, verifica-se imitação e seguimento de técnicas básicas de planeamento físico (Nielsen, 2011; Rodrigues *et al.*, 2006). Localmente, ao se discutir o que significar haver, ou não, organização interna nos bairros, o dizer é que "*se o táxi pode chegar com facilidade para levar um passageiro, então, isso quer dizer que há organização*" (entrevistado de Mucatine).

O planeamento participativo dinamizado pelas instituições formais sofre ao nível das localidades e bairros ou assentamentos do mesmo nível. A indefinição de limites administrativos é sintomática dos problemas que aí ocorrem, como o caso da disputa pela presença de uma unidade de indústria<sup>6</sup>. A recolocação forçada de vítimas das inundações nas cidades também se baseou num nível de participação do tipo "tokenismo" ou de cumprimento de formalismos, incluindo informação, consulta e apaziguamento (Nilsson *et al.*, 2021; Arnstein, 1969).

Em resumo, verificam-se alguns requisitos físicos para coesão territorial, com pequenas diferenças entre postos administrativos e localidades. Até agora, não se verificaram perdas irremediáveis de biodiversidade por práticas locais de substituição de matagal, moita e culturas de sequeiro em solo pobre ou de assentamento em áreas de risco. A policentricidade resolve o acesso a vários serviços, com serviço desigual para escolas secundárias e unidades sanitárias. O serviço à população é substancialmente mais pobre aos níveis inferiores à sede de distrito e é notável a falta de participação da população em assentamentos informais na tomada de decisões tomadas aos níveis acima do distrito.

## 6. CONCLUSÃO

Este estudo indica que, com uma base relativamente modesta e acessível, é possível obter conclusões sobre a coesão territorial das áreas periurbanas e obter indicações de intervenções prioritárias, contribuindo-se, assim, para uma melhor e mais compreensiva governação da sustentabilidade da urbanização. A demarcação de áreas periurbanas pode ser uma actividade a ser desenvolvida pelas cidades segundo critérios universais que se estão estabelecendo (Sahana *et al.*, 2023) e as intervenções de instituições regionais e sectoriais devem ser orientadas à fiscalização de legislação geral sobre a biodiversidade, o monitoramento e prevenção de desvios graves a regras formais básicas de ordenamento territorial (microfúndios, desarborização, etc.), bem como a promoção

---

<sup>6</sup> - Fábrica de Cervejas Heineken, e disputas entre as localidades de Ngalundi, do Distrito de Marracuene, e Maluana, do Distrito da Manhiça.

da legislação sobre participação popular no planeamento, deixando-se tempo e espaço para ajustamento e reforço da coesão social, visando o objectivo da sustentabilidade. Intervenções físicas são possíveis (como o estabelecimento de agricultura de poupança de terra e de água ligada ao médio Incomáti, ligações rodoviárias na direcção Este-Oeste, diques de protecção no Rio Incomáti, tratamento de resíduos sólidos e outras intervenções estruturantes de carácter mais local). Tais intervenções, ou outras, deverão ser o resultado da adequação institucional para o ordenamento territorial participativo, que se deduz da meta 11.a.1 (UN-HABITAT, 2016), quer ao nível dos bairros, comunidades e assentamentos, quer ao nível regional.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABIZADEH, A. (2023). The Grammar of Social Power: Power-to, Power-with, Power-despite and Power-over. *Political Studies*, 71(1), 3–19. <https://doi.org/10.1177/0032321721996941>
- ARNSTEIN, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- CARSON, R. (2002). Silent spring. In *Key Readings in Journalism* (2 Edition, 2002). Mariner Books. [https://doi.org/10.9774/gleaf.978-1-907643-44-6\\_4](https://doi.org/10.9774/gleaf.978-1-907643-44-6_4)
- CIESIN, C. for I. E. S. I. N. & Novel-T. (2021). *GRID3 Mozambique Settlement Extents, Version 01.01* [Geo-Referenced Infrastructure and Demographic Data for Development (GRID3)]. Columbia University, Palisades, NY. <https://doi.org/10.7916/D8-D023-WS42>
- CREECH, H. (2012). *Sustainable Development Timeline—1962- 2012*. International Institute for Sustainable Development. [https://www.iisd.org/system/files/publications/sd\\_timeline\\_2012.pdf](https://www.iisd.org/system/files/publications/sd_timeline_2012.pdf)
- ECOSOC, U. N. G. A. (1968). *Question of convening and international conference on the problems of human environment*. [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_55\\_2.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf)
- FORRESTER, J. W. (1958). Industrial dynamics: A major breakthrough for decision makers. *Harvard Business Review*, 36(4), 37–66.
- FORRESTER, J. W. (1969). Urban dynamics. *IMR; Industrial Management Review (Pre-1986)*, 11(3), 67.
- FORRESTER, J. W. (1971). *World Dynamics*. Wright–Allen Press. USA.
- HARRIS, P. G. (2021). Reversing the Failures of Climate Governance: Radical Action for Climate Justice. In S. Böhm & S. Sullivan (Eds.), *Negotiating climate change in crisis* (p. 243). Open Book Publishers. <https://books.openbookpublishers.com/10.11647/obp.0265.pdf#page=12.00>
- HEDBLUM, M., Andersson, E., & Borgström, S. (2017). Flexible land-use and undefined governance: From threats to potentials in peri-urban landscape planning. *Land Use Policy*, 63, 523–527. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.02.022>
- HICKEL, J. (2018a). *The divide: Global inequality from conquest to free markets*. WW Norton & Company.

- HICKEL, J. (2018b, May 15). *The great challenge of the 21st century is learning to consume less. This is how we can do it.* World Economic Forum. <https://www.weforum.org/agenda/2018/05/our-future-depends-on-consuming-less-for-a-better-world/>
- HILÁRIO, C. (2020, May 19). Hidrologia de Moçambique. *Mudanças Climáticas*. <https://climatechangemoz.com/hidrologia-rios-e-bacias-hidrograficas/>
- HOGAN, M. J. (1987). *The Marshall Plan: America, Britain and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. Cambridge University Press.
- HOW MANY EARTHS? How many countries? (2024). *Earth Overshoot Day*. <https://overshoot.footprintnetwork.org/how-many-earths-or-countries-do-we-need/>
- MEADOWS, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behren, W. W. (1973). The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. In *Demography* (Vol. 10, Issue 2, p. 295). Potomac Associates. <https://doi.org/10.2307/2060820>
- MEDEIROS, E. (2016). *Territorial Cohesion: An EU concept*. 60.
- MORIARTY, P., & Honnery, D. (2022). *Switching Off: Meeting Our Energy Needs in A Constrained Future*. Springer Singapore. <https://doi.org/10.1007/978-981-19-0767-8>
- NIELSEN, M. (2011). Inverse governmentality: The paradoxical production of peri-urban planning in Maputo, Mozambique. *Critique of Anthropology*, 31(4), 329–358. Scopus. <https://doi.org/10.1177/0308275X11420118>
- NILSSON, A., Vanhuyse, F., Arra, V., Requena, A., & Agerström, M. (2021). *Citizen participation for sustainable cities*.
- PLØGER, J. (2001). Public Participation and the Art of Governance. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 28(2), 219–241. <https://doi.org/10.1068/b2669>
- REGULAMENTO DA LEI DOS ÓRGÃOS LOCAIS DO ESTADO, Decreto No. 11/2005., Conselho de Ministros, I Série Boletim da República 28 (2005).
- RITCHIE, H., Samborska, V., & Roser, M. (2024). Urbanization. *Our World in Data*.
- RODRIGUES, H., Martinho, M. C., & Wetela, A. J. B. M. (2006). *Manual de Técnicas Básicas de Planeamento Físico (Guidelines of Basic Techniques of Physical Planning)*. MICOA-DINAPOT.
- ROSEr, M. (2023). What do poor people think about poverty? *Our World in Data*. <https://ourworldindata.org/what-do-poor-people-think-about-poverty>
- SACHS, J. D., Lafortune, G., & Fuller, G. (2024). *The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Report 2024*. Dublin: Dublin University Press. <https://doi.org/10.25546/108572>
- SAHANA, M., Ravetz, J., Patel, P. P., Dadashpoor, H., & Follmann, A. (2023). Where Is the Peri-Urban? A Systematic Review of Peri-Urban Research and Approaches for Its Identification and Demarcation Worldwide. *Remote Sensing*, 15(5), Article 5. <https://doi.org/10.3390/rs15051316>
- UNGA, U. N. G. A. (1968). *Problems of the human environment*. [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_55\\_2.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf)

- UNGA, U. N. G. A. (1983, December 19). *Process of preparation of the environmental perspective to the year 2000 and beyond*.  
<https://web.archive.org/web/20170712074031/http://www.un.org/documents/ga/res/38/a38r161.htm>
- UN-HABITAT. (2016). *SDG Goal 11 Monitoring Framework | UN-Habitat*.  
<https://unhabitat.org/sdg-goal-11-monitoring-framework>
- UNITED NATIONS. (1972). *Report of the United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm Conference)*. United Nations, New York, USA.  
[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_55\\_2.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf)
- UNITED NATIONS, D. (1953). *The Determinants and Consequences of Population Trends: A Summary of the Findings of Studies on the Relationships Between Population Changes and Economic and Social Conditions* (17; Population Studies, p. 406). Population Division, DESA, United Nations.  
[https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Jan/un\\_1953\\_determinantsandconsequencesofpopulationtrends\\_0.pdf](https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Jan/un_1953_determinantsandconsequencesofpopulationtrends_0.pdf)
- YIN, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods* (Sixth edition). SAGE.